

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.607 - RO (2016/0300936-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

AGRAVANTE : RODRIGO DAL BO FORTE

ADVOGADOS : GILSON ELY CHAVES DE MATOS - RO001733

ESTEVAN SOLETTI - RO003702

LEVI GUSTAVO ALVES DE FREITAS - RO004834

EMANUELLE FERREIRA MORAES RIGUEIRA -

RO006184

AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECEPÇÃO. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO. ESTELIONATO. CONSUNÇÃO NÃO CARACTERIZADA. NÃO EXAURIMENTO DO POTENCIAL LESIVO DOS DOCUMENTOS FALSIFICADOS. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Para que se reconheça o princípio da consunção é preciso que a conduta definida como crime seja fase de preparação ou de execução de outro delito e depende das circunstâncias da situação concreta; no caso das falsificações, também importa o exaurimento do potencial lesivo.

2. A Corte de origem afirmou que as duplicatas falsificadas não prejudicaram apenas as empresas de *factoring*, vítimas da fraude, mas também vários sacados que tiveram de responder pelo protesto dos títulos falsificados com seus dados pessoais.

3. A utilização do prestígio da sociedade empresária – como forma de obter a confiança das vítimas e diminuir-lhes a reação – o *modus operandi* (planejamento), a busca pelo lucro fácil e o fato de algumas duplicatas terem sido protestadas justificam a avaliação desfavorável das vetoriais culpabilidade, circunstâncias, motivos e consequências.

4. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro

Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

